
PEC que efetiva interinos de cartórios sem concurso foi destaque

Passou em primeiro turno na Câmara dos Deputados proposta que quer mudar a Constituição para efetivar interinos de cartórios extrajudiciais sem exigir concurso público. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, cerca de 4,5 mil pessoas tinham em 2014 titularidade provisória, dentre os 13.785 cartórios do país. Deputados favoráveis à PEC argumentam que não é justo deixar desamparado quem assumiu as serventias há anos e investiu recursos próprios. Já a Ordem dos Advogados do Brasil e associações de juízes declararam-se contra a medida. O texto ainda precisa ser analisado em segundo turno e depois ser enviado ao Senado. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Obrigação suspensa

Uma empresa de São Paulo conseguiu suspender na Justiça a aplicação de outra norma criticada no meio jurídico: a Medida Provisória 685/2015, que pune o contribuinte que atrase ou não entregue planejamento tributário à Receita Federal. Em liminar, o juízo da 4ª Vara Federal Cível de São Paulo entendeu que deixar de apresentar a declaração não pode ser encarado, de forma automática, como sonegação ou fraude. Advogados elogiaram o entendimento. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Sem saída

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, decidiu não participar do julgamento dos planos econômicos na corte, por ter atuado em causas relacionadas ao tema quando advogado. Na prática, a decisão do ministro impede o julgamento, pois outros três membros da corte já se declararam impedidos. O recurso só pode ser votado se houver quórum de oito ministros. Entidades de defesa do consumidor trabalham com a ideia de que os bancos devem aos poupadores R\$ 18 bilhões, enquanto a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) aumenta a dívida para R\$ 149 bilhões. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Entrevista da semana

O advogado, jornalista e cientista político Murillo de Aragão diz que, apesar das novas leis de acesso à informação, ainda falta transparência aos órgãos públicos brasileiros, inclusive os tribunais de Justiça. Segundo ele, é preciso ampliar a transparência “de modo radical” para reduzir casos de corrupção. “O Estado ainda está sequestrado pela burocracia, pelo corporativismo profissional e pelos interesses específicos”, afirma. Aragão ainda fala sobre o papel do Judiciário para a sociedade e o ativismo judicial diante da inércia do Legislativo. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 799,4 mil visitas e teve 1,3 milhão de visualizações de página entre os dias 28 de agosto e 3 de setembro. A terça-feira (1º/9) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 148,2 mil visitas.

O texto mais lido, com 23,5 mil acessos, foi a coluna *Paradoxo da Corte*, sobre mudanças geradas na petição inicial pelo novo Código de Processo Civil. O advogado José Rogério Cruz e Tucci, diretor e professor titular da Faculdade de Direito da USP e ex-presidente da Associação dos Advogados de São

Paulo, aponta qual modelo deve ser seguido com base nos artigos 319 e 320 da legislação. *Clique [aqui](#) para ler a coluna.*

Com 16,4 mil visitas, ficou em segundo lugar no ranking a notícia de que um desembargador usou o Google Maps para anular uma multa de trânsito emitida pela prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Departamento de Trânsito fluminense. Embora um motorista tenha sido punido por estacionar em local proibido, próximo de um cruzamento, o desembargador Paulo Sérgio Prestes dos Santos consultou a ferramenta virtual e verificou, pela internet, que o endereço estava longe da esquina. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[Novo Código de Processo Civil traz mudanças na petição inicial](#)

[Desembargador anula multa de trânsito depois de checar dados usando o Google Maps](#)

[Dois escritórios do Rio de Janeiro são condenados por fraude trabalhista; MPT investiga 29 bancas](#)

[PEC dos Cartórios é aprovada em primeiro turno pelo plenário da Câmara](#)

[Magistrados aprovam 62 enunciados sobre a aplicação do novo CPC](#)

[Unimed é condenada a indenizar segurado por reajustar contrato pela idade](#)

[Embate entre Lenio Streck e Moro aborda resistência sobre delações](#)

[Advogados comemoram liminar que suspende efeitos da MP 685](#)

[Mesmo com consentimento, sexo com menor de 14 anos é considerado estupro](#)

[A alegoria do novo CPC e o filme Os Deuses Devem Estar Loucos: imperdível](#)

Manchetes da Semana

[Supremo concede prazo em dobro para Cunha responder a denúncia](#)

[Não cabe agravo regimental contra liminar sobre análise de contas de presidentes](#)

[Presidente do STF autoriza corte de ponto de servidores grevistas na Bahia](#)

[Liminar suspende obrigação de empresa de informar planejamento tributário ao Fisco](#)

[BNDES é condenado pelo TRF-2 após recorrer de decisão de forma "desleal"](#)

[Fachin se declara impedido de julgar planos econômicos](#)

[Só financiamento pela Caixa não atrai competência da União, decide Barroso](#)

[Desembargador anula multa de trânsito depois de checar dados usando o Google Maps](#)

[Precatórios podem ser penhorados para pagamento de dívidas, decide TJ-SP](#)

[Com MP 685, punitivismo conhecido no Direito Penal chega à área tributária](#)

[Mesmo com consentimento, sexo com menor de 14 anos é considerado estupro](#)

[Coação de acusado pelo Ministério Público tira validade de acordos criminais](#)

["Supremacia do Estado sobre a sociedade é evidente", diz cientista político](#)

[MPT perde ação contra contratação de advogados associados em Minas](#)

[Procon tem competência para interpretar cláusulas contratuais, decide STJ](#)

Date Created

05/09/2015
